

Após intervalo para almoço, foi realizada a primeira mesa, sobre 'Colaboração Premiada', que contou com a participação de três convidados. "Os crimes de corrupção, também chamados 'de colarinho branco', têm peculiaridades e exigem investigação diferenciada. Nesse contexto, a colaboração é um instrumento valioso, pois indica os caminhos mais corretos para a obtenção de provas, identificação dos partícipes e compreensão dos mecanismos utilizados", apontou Jerusa Burmann Viécili, procuradora da República e membro da Força Tarefa da Lava-Jato em Curitiba.

Promotor e coordenador do CAO Criminal do MPSP, Arthur Lemos Júnior foi o segundo palestrante da mesa. "A colaboração premiada precisa atender o interesse público, ser realmente relevante para a investigação, revelando fatos inéditos e esclarecendo os fatos dessas organizações criminosas que, muitas das vezes, surgem dos próprios organogramas de nossas instituições públicas".

Coube a Cláudio Cardoso, promotor do MPRJ e coordenador do Grupo de Atribuição Originária em Matéria Criminal (GAOCRIM/MPRJ), encerrar a primeira mesa da tarde. "Os delatores fazem sempre duas perguntas clássicas: questionam quanto tempo ficarão presos e quanto terão que devolver aos cofres públicos. Apesar dos interesses deles, sempre precisamos deixar claro, em qualquer processo de negociação, que a palavra final sobre a homologação da colaboração será do Judiciário. A lógica da colaboração premiada é oferecer algum benefício de redução de pena a um peixe para, em troca, chegar a um tubarão, ou a um cardume inteiro, sempre no intuito de implodir a organização criminosa", pontuou.

A segunda e última mesa da tarde teve como tema 'Facções, milícias e inteligência do sistema prisional', e também contou com as palestras de três convidados. O primeiro deles foi Lincoln Gakiya, membro do GAECO/MPSP. O promotor apresentou as características do PCC, grupo considerado a maior organização criminosa do país, que movimenta cerca de 100 milhões de dólares por ano, principalmente em atividades como ataques a carros-fortes, empresas de valores, resgate de presos e mortes de agentes públicos. "O combate a essas organizações deve ocorrer por meio da inteligência, com a previsão de tendências, identificação de lideranças e monitoramento de atividades", sentenciou.

Dois membros do MPRJ encerraram as atividades na programação da tarde. Coordenadora de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ), a promotora Elisa Fraga traçou um perfil de atuação das principais organizações criminosas do Rio, como Comando Vermelho (CV), Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP). "Ao contrário do que acontece em São Paulo, com o PCC, temos no Rio uma hierarquia de comando mais horizontal, fragmentada e baseada na ocupação territorial, o que dificulta o enfrentamento por parte das forças de segurança. Para combater essas organizações, é preciso conhecer em detalhes sua estrutura e modo de operação, e entender como funcionam as mentes de seus líderes", afirmou.

Promotor de Justiça de Investigação Penal do MPRJ, Luiz Antônio Ayres fez um alerta. “As milícias surgiram por meio da oferta de transporte alternativo, na Zona Oeste do Rio. Com o tempo, esses indivíduos perceberam que poderiam se estabelecer também em outros setores, nos quais o Estado igualmente não se fazia presente. Essas organizações criminosas avançam rapidamente, de olho no lucro fácil e com uma atuação discreta, mas infiltrando-se profundamente no poder público, em todos os níveis. Daqui a 20 anos, não estaremos mais ocupados em discutir as diferentes facções do tráfico de drogas, pois estaremos todos vivendo num estado narco-miliciano. É preciso, com urgência, repensar o modelo de atuação no combate às milícias”, defendeu.

O auditório permaneceu cheio durante todo o dia e os promotores que ficaram até o final disseram ter tirado grande proveito das excelentes palestras dos brilhantes colegas que se apresentaram durante o dia.